



PARECER PRÉVIO Nº 7/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12330/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Francisco Andrade Braz (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7706/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Caapiranga, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Francisco Andrade Braz**, Prefeito Municipal de Caapiranga e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

Vencida a proposta de voto do Excelentíssimo Sr. Auditor Relator pela desaprovação das Contas, que foi acompanhado pelo Excelentíssimo Sr. Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

- 11- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 31 de janeiro de 2023.



PARECER PRÉVIO Nº 7/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 7/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12330/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Francisco Andrade Braz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7706/2022/MP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2019.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.2.1. A unidade gestora não adota o procedimento de controle interno relativo ao registro individualizado das obras e/ou serviços de engenharia;

10.2.2. A unidade gestora não adota o procedimento de controle interno relativo ao arquivamento em separado e de forma individualizada de Pasta de Obra para cada obra e serviço de engenharia;

10.2.3. Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes aos seis bimestres de 2019 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.2.4. Descumprimento do prazo de publicação referente aos seis bimestres de 2019 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em



ACÓRDÃO Nº 7/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;

10.2.5. Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes ao 1º e 2º semestres de 2019 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

10.2.6. Descumprimento do prazo de publicação referente ao 1º e 2º semestres de 2019 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC nº 101/00;

10.2.7. Ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público (Portal da Transparência encontra-se desatualizado), das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto às receitas, despesas, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (seis bimestres/2019), bem como os dois semestres/2019 do Relatório de Gestão Fiscal.

10.2. Determinar o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Caapiranga, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 66 apresentados pela DICOP; e de 67 a 89 apresentados pela DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 90 a 96 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do VOTO.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Caapiranga e à Prefeitura Municipal.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de janeiro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos



ACÓRDÃO Nº 7/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 7/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Redatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral